Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Pinto, Rui Pedro Passos, 1993-
Chiquelho, Diogo José Pina, 1999-
Farinha, Rodrigo Mendes,1999-
Simões, Tiago André de Aparício, 1994-

Eleições legislativas na Itália

http://hdl.handle.net/11067/6748
https://doi.org/10.34628/jeeq-mv27

Metadados

Data de Publicação	2022
Palavras Chave	Eleições - Itália
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 06 (Julho-Dezembro 2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-02T22:07:48Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

Eleições legislativas na Itália (25 de Setembro de 2022)

Rui Pinto[1]
Diogo Pina Chiquelho[2]
Rodrigo Farinha[3]
Tiago Simões[4]

DOI: https://doi.org/10.34628/jeeq-mv27

1. Itália. Análise política, económica e social e respetivos desafios

A situação italiana, ao nível político, económico e social, está demarcada por uma inconstante variação. Ao sofrer notoriamente com a II Guerra Mundial, tendência essa sentida pela generalidade dos países europeus, e muito na sequência daquilo que já vinha sendo impulsionado pelo primeiro grande conflito bélico à escala mundial, de onde os países participantes, mas também aqueles nos quais os danos colateralmente se repercutiram, saíram frágeis, tem trilhado o seu percurso de longo prazo em busca dos melhores rácios[5]. Ultrapassada essa era mais esbatida do *Conflict and Autarky* (1913-1950), entre 1950 e 1973 motivou-se positivamente a economia, não fosse esta a *Golden Age*. A Europa Ocidental passou de uma taxa anual de crescimento de 1,19% entre 1913 e 1950, para uma taxa anual de crescimento de 4,81% entre 1950-1973, ou veja-se o plano das exportações, onde a disparidade é mais notória: com um decréscimo anual médio de -0,14% entre 1913-50, as exportações passaram a crescer cerca de 8,38% ao ano na Europa Ocidental[6]. A abertura ao mercado pelos países, em detrimento do isolacionismo que os condenava, foi determinante para referenciais resultados, com a criação de organizações internacionais que dinamizaram o mercado aberto: "Do êxito destas instituições, a par de (e potenciando) outros fatores, são sintomáticos os números apurados durante o período que decorreu desde 1950 até 1973, sem paralelo no século atual (…) Dado o êxito verificado, nestes indicadores e ainda por exemplo nas taxas de desemprego e em outros valores das economias, pode dizer-se com justiça que o período que decorreu entre o final dos ano quarenta e 1973 foi 'um período de ouro': associando-se corretamente boa parte do êxito conseguido às possibilidades proporcionadas pelo comércio internacional (e pelos demais movimentos internacionais, v.g. dos fatores e dos serviços) (…)"[7].

Os tempos foram passando, mas novos desafios enfrentados pela Itália nunca deixaram de emergir: até 2019, os índices económicos italianos apresentavam-se numa tendência praticamente estagnada, com um crescimento real do PIB que rondaria, na média, a nulidade. Desde finais de 2019, a queda abrupta – e generalizada internacionalmente - devido à crise pandémica, empurrou agressivamente a Itália para postos que antes apenas eram olfatados. Segundo a OCDE a "contração foi severa"[8], com a Itália a passar de um crescimento de cerca de 0.2% no PIB real no terceiro trimestre de 2019, para um crescimento negativo ainda no último trimestre desse ano, marcando 3,1% negativos. Esse poço só encontrou o seu fundo, nele batendo, no segundo trimestre de 2020, em que 40,3% negativos foi o registado no (de) crescimento real do PIB. Por comparação, note-se que a média dos países da OCDE, não obstante a desaceleração, conseguiram manter, em média, acima de -35,3% do crescimento real do PIB e a *zona Euro* embateu nos -38,5%. Claro está, notando-se que a mesma média, pré-pandemia, já andava acima daquela italiana. No terceiro trimestre de 2019, a OCDE tinha um crescimento real do PIB de 2,1% e a *zona Euro* de 0,8%. Ora veja-se[9]:

1 Doutorando em Direito pela Universidade Lusíada e Investigador colaborador no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais da Universidade Lusíada (CEJEA).

2 Mestrando em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Investigador colaborador no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais da Universidade Lusíada (CEJEA) e Jurista no Banco de Portugal.

3 Mestrando em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa, Advogado-Estagiário e Investigador colaborador no Centro de Estudos Jurídico, Económicos e Ambientais da Universidade Lusíada (CEJEA).

4 Mestrando em Direito e Prática Jurídica, Especialidade de Direito da Empresa, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Advogado-Estagiário e Investigador colaborador no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais da Universidade Lusíada (CEJEA).

5 Conforme é relatado, "The immediate impact of the war was apparently quite destructive for the countries involved, especially those on the losing side – Germany, Japan, and Italy – presumably reflecting their much larger losses in both physical and human capital during the war". Kesternich, Iris, Siflinger, Bettina, Smith, James P. e Winter, Joachim K. 2014. «The effects of World War II on economic and health outcomes across Europe». The Review of Economics and Statistics, Vol. 96, No. 1, p. 105. Disponível em https://www.jstor.org/stable/43554916?read-now=1&seq=3#page_scan_tab_contents (consultado em 20.12.2022).

6 A estatística e as designações utilizadas das fases são de Maddison, Angus. 2006. «The World Economy – A Millenial Perspetive & Historical Statistics, Development». Centre Studies, OECD, p. 126-127.

7 Por referência à mesma estatística, a análise é de Porto, Manuel. 2017. «Teoria da Integração e Políticas da União Europeia : face aos desafios da globalização». 5.ª Edição. Coimbra: Almedina, p. 34-35.

8 Classificação destacada na «OECD Economic Survey: ITALY», setembro 2021, p. 3, disponível em https://www.oecd.org/economy/italy-economic-snapshot/ (consultado em 25.12.2022).

9 Estatística e tabela (adaptada) da OCDE, «Real GDP forecast 2022»,

Tabela 1- Total, Crescimento anual real do PIB (%) Q1 2019 - Q2 2021

Localização	Q1 2019	Q2 2019	Q3 2019	Q4 2019	Q1 2020	Q2 2020	Q3 2020	Q4 2020	Q1 2021	Q2 2021
Zona Euro	2.5	1.3	0.8	0.0	-12.8	-38.5	59.7	-1.1	-0.3	8.2
Itália	0.8	0.9	0.2	-3.1	-21.5	-40.3	71.7	-3.3	1.1	10.3
OCDE	2.3	2.3	2.1	-0.0	-6.2	-35.3	43.4	4.0	3.2	7.1

Fonte: OECD Economic Outlook: Statistics and Projections

Da mesma maneira que foi berrante a contração, não podemos deixar de notar a exponencial recuperação logo no trimestre seguinte, o terceiro de 2020, com a Itália a registar 71,7%, isto é um crescimento de mais 12% do que na *zona Euro* e de mais 28,3% do que na OCDE. Aliás, se olharmos para as 20 maiores potências económicas mundiais (G20), a Itália fica com o bronze, como sendo o terceiro país com maior recuperação[10]. A explicação de tal crescimento deve-se aos apoios públicos, admitidos excecionalmente à luz do Direito comunitário[11], que se consubstanciaram, paradigmaticamente, em subsidiação e alívios fiscais, aos quais se aliaram uma balança de pagamentos favorável: o crescimento das exportações[12].

Com tal intervencionismo de escala, especialmente do lado da procura, e com o despoletar do conflito bélico Rússia-Ucrânia que muito afetou o lado da oferta, devido à dificuldade de acesso aos *inputs* necessários à indústria, teve-se como que um *primeiro ótimo* inflacionista e voltaram a (re)surgir e a reinventarem-se os desafios políticos, económicos e sociais. A setembro de 2022, a inflação registada não era, efetivamente, das mais pesadas, fixando-se nos 9,4% e apesar da queda do crescimento real do PIB na última reta de 2020, como se nota na tabela supra, o crescimento tem-se notado[13]. Conforme relata a *Banca d'Italia*, no primeiro trimestre de 2022 o crescimento do PIB rondaria os humildes 0,1%, contudo logo no trimestre seguinte já se somavam 1 pp e se registava 1,1% de crescimento do PIB[14]. Assim, o novo governo italiano tem de enfrentar uma situação económica, política e social bastante instável, que não sabe ainda se será de crescimento, mesmo que frouxo, se de estagnação ou até mesmo de recessão. Indubitavelmente, esta missão é e continuará a ser prioritária: "The first priority of Meloni's government will be to steer the economic ship back to shore and tamp down on inflation. Fratelli's[15] plan for doing so is a mix of economic liberalism, via tax cuts and deregulation, and social protection for groups like artisans and pensioners"[16]. Tamanhas dúvidas colocar-se-ão no plano das respostas a estas medidas, pois os riscos das reformas dessa dimensão podem conduzir a grandes problemas económicos, políticos e sociais e, a curto e médio prazo, consubstanciar-se numa fatalidade[17]. "Good weather is also improving the economic mood"[18], mas nem tudo são raios solares. A Itália enfrenta problemas ao nível do desemprego, com uma taxa que se fixou nos 9,5% em 2021, tenderá a ter decrescido em 2022 para cerca de 8,3%, mas cujas projeções para 2023 não são positivas, voltando aos aumentos, com cerca de 8,7% do capital humano a ficar inutilizado[19]. A dívida pública em razão do PIB corresponde a 145,4% em 2022, sendo que as projeções indicam que irá cair moderadamente nos próximos três anos, rondando os 139,3% em 2025[20], sem embargo de este rácio ainda ser dos mais altos da *zona Euro* (só ultrapassado pela Grécia)[21]. Quanto a esta crítica situação, não deixa de ser curiosa a análise que recentemente tem sido feita: o problema

DOI:10.1787/1f84150b-en, disponível em https://data.oecd.org/gdp/real-gdp-forecast.htm#indicator-chart (consultado em 25.12.2022).

10 Segundo a OCDE, "Among the G20 economies, GDP in India rebounded strongest, by 21.9%, following a fall of 25.2% in the second quarter, the sharpest drop ever recorded. GDP also rebounded with double-digit numbers in the third quarter, after double-digit falls in the second quarter, in France (by 18.7%, following a contraction of (minus) 13.8%), Italy (by 15.9%, after minus 13.0%) (…)", em «G20 GDP Growth - Third quarter of 2020», disponível em https://www.oecd.org/newsroom/g20-gdp-growth-third-quarter-2020-oecd.htm (consultado em 25.12.2022).

11 Os auxílios de Estado são genericamente proibidos, à luz do Direito primário da União Europeia (art. 107.º, n.º 1 do TFUE), na medida em que afetam a concorrência. Contudo, e temporariamente, foi admitida a derrogação, dentro de certos limites, a este regime, daí que durante a crise pandémica, notou-se a concessão de apoios públicos que, tendencialmente, seriam vedados. Veja-se, quanto a isto, a Comunicação da Comissão Europeia C(2020) 1863 final, de 18 de março de 2020, «Temporary Framework for State aid measures to support the economy in the current COVID-19 outbreak», disponível em https://ec.europa.eu/competition/state_aid/what_is_new/sa_covid19_temporary-framework.pdf (consultado em 25.12.2022).

12 Como relata a OCDE, "Exports and investments lead the recovery", em «OECD Economic Survey: ITALY», setembro 2021, op. cit., p. 4.

13 Como nos é dito pelo banco central italiano, "according to the central value of our estimates, economic activity appears to have declined marginally in the third quarter, as a result of the further rises in energy prices, firms' persistente difficulties in sourcing production inputs and the heightened uncertainty over the developments in the war in Ukraine", em Banca d'Italia. «Bollettino Economico n.º 4», outubro de 2022, p. 23, disponível em https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni/bollettino-economico/2022-4/boleco-4-2022.pdf (consultado em 26.12.2022).

14 Estatística retirada da Banca d'Italia, *ibidem*, p. 14. De acordo com a mesma fonte, na *zona Euro* era de 9,9%, e para uma comparação mais direta, era de 6,2% na França, de 9,0% em Espanha e de 10,9% na Alemanha.

15 Referência ao partido político italiano *Fratelli D'Italia*, o vencedor das eleições aqui em análise, de Giorgia Meloni.

16 Segundo Lazar, Marc e Chaney, Eric. 2022. «What Can the New Italian Government Achieve Politically and Economically?», Institut Montaigne's, disponível em https://www.institutmontaigne.org/en/analysis/what-can-new-italian-government-achieve-politically-and-economically (consultado em 26.12.2022).

17 Conforme nos é dito por Palladino, "Trussonomics provided her [Meloni] with a glaring case study of what not to promise", referindo-se à anunciada reforma fiscal "revolucionária" que condenou o executivo britânico de Liz Truss a uns meros 44 dias no poder e que tem tornado Meloni mais prudencial no que a reformas diz respeito. Em «Giorgia Meloni learns from Liz Truss's fiscal disater», Financial Times, 26 de outubro de 2022, disponível em https://www.ft.com/content/57905da7-3084-49c4-a8aa-5d4f64f4ee8e (consultado em 27.12.2022).

18 Expressão de Palladino, recentemente ao referir-se à economia italiana, *ibidem*.

19 Estatística da Comissão Europeia. 2022. «Economic forecast for Italy», disponível em https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-surveillance-eu-economies/italy/economic-forecast-italy_en (consultado em 27.12.2022). As projeções do FMI para 2023 são menos favoráveis ainda, pois apontam para uma taxa de desemprego de 9,3%, em «IMF Executive Board Concludes 2022 Article IV Consultation with Italy», agosto de 2022, disponível em https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/07/28/pr22278-italy-imf-executive-board-concludes-2022-article-iv-consultation (consultado em 27.12.2022).

20 Segundo as análises da Banca D'Italia, *op. cit.*, p. 50. *Vide*, ainda, a tabela 9 desse boletim económico.

21 Segundo o Eurostat, "Government debt down to 94.2% of GDP in euro área", «Euroindicators 119/2022», 21 de outubro de 2022, p.2, disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/15131955/2-21102022-BP-EN.pdf/eeb714b8-83c4-cd8c-56b8-e9aa7c5798a8 (consultado em 27.12.2022).

de dívida pública em razão do PIB na Itália pode não dever-se tanto ao "numerador", a dívida, mas sim ao "denominador" de comparação, o PIB, o qual não teve a capacidade de acompanhamento. Numa análise feita por Lorenzo Codogno, se a Itália tivesse acompanhado o crescimento, por exemplo, da França, a sua dívida pública em razão do PIB rondaria os 60%, de modos que não será pela austeridade fiscal que se combaterá este rácio, até porque ela já corresponde a cerca de 43% do PIB[22]. Sem prejuízo de qualquer leitura feita, é inegável que a posição italiana é de bastante vulnerabilidade e de exposição a riscos: este é o país da *zona Euro* mais exposto a uma crise ao nível da dívida e isso é fácil de se entender, pois se a dívida corresponde a razões como aquela supramencionada então o atual aumento das taxas de juro por parte do Banco Central Europeu tornam a Itália num país altamente frágil, cujas políticas e resposta erradas poderão levar mesmo a desastres económicos[23].

Os rankings apontam na mesma direção: uma situação desafiante na Itália. Alcançando uma pontuação geral de 65.4, ocupa apenas a posição 57 ao nível mundial do *2022 Index of Economic Freedom*, ficando atrás de países, entre outros, como o Panamá (56) ou Costa Rica (55). Ao nível regional, e de acordo com o mesmo ranking, ocupa apenas a posição 33, sendo ultrapassada, entre outros, pela Macedónia do Norte (32), França (31), Albânia (30) e Hungria (29). Alcança uma classificação de "moderamente livre", com os melhores indicadores apontados à liberdade monetária e à liberdade de mercado e de investimento, mas apresentando como piores indicadores a despesa pública e o peso fiscal[24].

2. Os principais alicerces jurídico-constitucionais italianos

É a partir do ano de 1848 que a primeira constituição de caráter republicano entra em vigor em Itália[25], a qual permaneceu como lei fundamental durante quase um século. O *Statuto Albertino* de 1848, caracteriza-se historicamente pela sua preponderância na construção de uma monarquia constitucional e da unicidade do estado italiano, bem assim como, pela sua relevância na sedimentação de liberdades individuais e de um sistema parlamentar em Itália. A sua estrutura, com influências diversas[26], previa um sistema bicamaral, assente em três ramos do poder: o executivo, exercido exclusivamente pelo rei; o legislativo, dividido entre as duas câmaras, nomeadamente o Senado, que era nomeado diretamente pelo Rei e a Câmara dos Deputados, eleita pelo povo via sufrágio direto e universal; e, por último, o poder judiciário, também este sujeito a nomeações régias. Com o tempo, o poder da coroa diminuiu, e os ministros tornaram-se responsáveis perante o parlamento e não perante o Rei. Embora a constituição tenha permanecido formalmente em vigor após a emergência de um regime totalitarista e fascista em 1922, era desprovida de valor substantivo. Apenas após a Segunda Guerra Mundial, nomeadamente a 2 de junho de 1946, é que os italianos iniciaram um processo referendário tendo em vista a substituição do regime monárquico pelo republicano, por via do qual uma Assembleia Constituinte elaborou a nova constituição, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1948.[27]

Desta forma, o estado italiano contemporâneo é caracterizado como uma república assente num modelo de democracia parlamentar e representativa. Veja-se, desde logo, o seu artigo primeiro, onde se plasma o estado italiano como uma república democrática, cuja soberania pertence ao povo.

> *"L'Italia è una Repubblica democratica, fondata sul lavoro. La sovranità appartiene al popolo, che la esercita nelle forme e nei limiti della Costituzione".*

Refira-se que a constituição italiana se encontra revestida por um conjunto de garantias que tornam virtualmente impossível a sua substituição por um regime ditatorial[28]. Ao mesmo tempo, podemos classificar a Itália como um estado regional, uma vez que se divide em regiões (Regioni), províncias (Província), e comunas[29] (Comuni)[30]. Sendo cinco as regiões com estatutos especiais[31] e com as quais o poder legislativo é partilhado, isto porque estas detêm poderes para elaborar e promulgar legislação regional, estando assim, naturalmente, sujeitas ao escrutínio constitucional[32].

22 Análise reportada pelo The Economist - «Why is Italy's public-debt burden so big?», 5 de dezembro de 2022, disponível em https://www.economist.com/special-report/2022/12/05/why-is-italys-public-debt-burden-so-big (consultado a 27.12.2022).

23 São 9 em 10 os economistas que fizeram a mesma análise e seguem o mesmo entendimento, portanto quase unânime, de que "(…) Italy as the eurozone "most at risk of na uncorrelated sell-off in its government bond markets". (…) Rome's borrowing costs have risen sharply since the ECB started to increase interest rates last summer". Tudo isto para se concluir que "Italy is the eurozone country most suscetible to a debt crisis as the European Central Bank raises interest rates and buys fewer bonds in the coming months (…)" Análise relatada pelo Financial Times – «ECB rates rises expose fears for Italy as eurozone's weakest link», 2 de janeiro de 2023, disponível em https://www.ft.com/content/10e31210-e750-4f53-b697-2079f2a139b5 (consultado em 03.01.2023).

24 Ranking e análise feita pela The Heritage Foundation. 2022. «2022 Index of Economic Freedom», 28.ª Edição, disponível em https://www.heritage.org/index/country/italy (consultado em 27.12.2022).

25 À data reino de Sardenha-Piedmont.

26 A construção constitucional de 1848 encontra como normativo orientador a Constituição francesa de 1830, nomeadamente no que toca à igualdade dos cidadãos perante a Lei e aos direitos de reunião e de expressão. No entanto, o medo associado ao crescimento de movimentos cesaristas, levou a que este quadro constitucional previsse uma eleição do Presidente da República não pelo povo, mas pelo Parlamento; a absorção de um modelo bicamaral e protegido por um Tribunal Constitucional. *Vide* Ecyclopedia Britannica. 2022. *In* "Statuto Albertino. Italian Constitution". Disponível em: https://www.britannica.com/event/Statuto-Albertino (consultado em 27.12.2022).

27 *Vide* Einaudi, Mario. 1948. The Constitution of the Italian Republic. *The American Political Science Review*. Vol. 42, N.º. 4, pp. 661-676. DOI: doi.org/10.2307/1950923.

28 Tal se encontra preceituado no artigo 139.º da Constituição italiana: *"La forma repubblicana non può essere oggetto di revisione costituzionale"*.

29 Por comunas também poderemos entender municípios.

30 Existem 15 regiões comuns e mais 5 às quais foi concedida uma autonomia especial. As regiões com poderes ordinários são Piemonte, Lombardia, Veneto, Ligúria, Emília-Romanha, Toscana, Úmbria, Marcas, Lácio, Abruzzo, Molise, Campânia, Apúlia, Basilicata e Calábria.

31 Sicília, Sardenha, Trentino-Alto Adige, Friuli-Venezia Giulia, e Vale de Aosta.

32 *Vide* Artigos 114.º a 133.º da Constituição italiana.

Outros ditames constitucionais poderão ser encontrados, nomeadamente os respeitantes aos direitos invioláveis do homem, à igualdade de todos os cidadãos perante a lei, bem como à obrigação do Estado abolir os obstáculos sociais e económicos que limitam a liberdade e a igualdade dos cidadãos e impedem o pleno desenvolvimento dos indivíduos (artigos 2.º e 3.º), pelo que o quadro constitucional italiano oferece um conjunto alargado de garantias à liberdade pessoal e individual[33]. Por outro lado, embora as estreitas relações institucionais do Estado com a Igreja Católica Romana, prevê ainda o princípio da laicidade do Estado e a liberdade de religião, nomeadamente a sua igualdade perante a lei. Contudo, esta também reconhece um estatuto especial concedido à Igreja Católica Romana pelo Tratado de Latrão em 1929[34] (Artigos 7.º e 8.º).

Como referimos anteriormente, o núcleo do poder legislativo encontra-se no Parlamento, sendo este organizado através de um modelo bicamaral, compreendendo a Câmara dos Deputados (*Camera dei Deputati)* e o Senado (*Senato della Repubblica*). No que concerne ao método de eleição, podemos aqui genericamente destacar:

- Os 400 membros da Câmara de Deputados (Câmara Baixa) são eleitos por via do voto popular, nomeadamente através de sufrágio direto e universal, num sistema de representação proporcional.
- No Senado (Câmara Alta) encontraremos um modelo misto, com 200 membros a serem eleitos da mesma forma, i.e., por via do sufrágio direto e universal e 5 por via de nomeação do Presidente da República. Destaque-se ainda que os ex-presidentes da república são, salvo renúncia, Senadores *ex officio*, sendo o seu mandato de duração vitalícia[35].

A principal função do parlamento na sua globalidade é o exercício do poder legislativo, no entanto, estas são determinantes na formação do Governo e, consequentemente, na definição das linhas e diretrizes do seu programa político, isto porque, aquela está dependente de um voto de confiança de ambas as câmaras.[36] Assim, podemos afirmar que a diferenciação destas duas câmaras encontra-se na capacidade eleitoral ativa e passiva, nomeadamente na idade mínima exigida para o eleitorado e para os candidatos: 18 e 25 anos, respetivamente, para os deputados e 25 e 40 para os senadores, sendo que, no que concerne ao seu mandato, tanto os deputados como os senadores são eleitos para um mandato de cinco anos, que só pode ser prorrogado por determinação legal ou em caso de guerra[37]. Os deputados não podem ser penalizados por opiniões expressas ou votos emitidos e não são obrigados a votar de acordo com a vontade dos seus eleitores. Por outro lado, a menos que sejam afastados por ação parlamentar, os deputados e senadores gozam de imunidade pelo que, o recurso a revistas, buscas domiciliárias, escutas telefónicas ou outros meios de obtenção de prova estão sujeitos a decisões dos tribunais superiores, bem assim como, a condenação a uma pena efetiva de prisão. Apenas se ressalvam os casos de detenção em caso de flagrante delito, cujo ilícito criminal preveja como obrigatória tal medida[38]. Por fim, em Itália, tal como em Portugal, é ao Tribunal Constitucional que compete especificamente administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, cabendo-lhe apreciar a inconstitucionalidade e a ilegalidade nos termos dos artigos 134.º a 137.º da Constituição[39], sendo a sua implementação um sinal claro - assim como em outras jurisdições - de ultrapassar e prevenir o aparecimento de regimes ditatoriais e fascistas.[40]

Relativamente à estabilidade do sistema jurídico-constitucional italiano, após a análise do seu texto constitucional, tendemos a corroborar a posição de alguns autores no que à rigidez da sua estrutura diz respeito, nomeadamente as que assentam em razões de caráter histórico, isto é, observamos um conjunto de "*checks and balances"* na sua lei fundamental que visam afastar tendências totalitaristas que possam ferir o estado de direito e o regime democrático e republicano[41], como é exemplo claro a necessidade de consensos políticos entre diversas forças partidárias, pois, como referimos anteriormente, a formação de governo está dependente do voto de confiança das duas câmaras parlamentares. Não obstante, a constituição italiana de 1948 foi já alvo de

33 Veja-se, a título de curiosidade, a privacidade da correspondência (Artigo 15.º); o direito de viajar no país e no estrangeiro (Artigo 16.º); o direito de associação para todos os fins legais, exceto em sociedades secretas ou paramilitares (Artigo 18.º); e o direito de realizar reuniões públicas, se estas forem compatíveis com a segurança e a segurança pública (Artigo 17.º). Não há censura da imprensa, e a liberdade de expressão e escrita é limitada apenas por normas de moralidade pública (Artigo 21.º). A constituição sublinha a igualdade dos cônjuges no casamento e a igualdade dos seus filhos um com o outro (artigos 29.º e 30.º). O direito da família tem assistido a muitas reformas, incluindo a abolição do estatuto do marido como chefe de família e a legalização do divórcio e do aborto. Um artigo especial da Constituição diz respeito à proteção das minorias linguísticas (Artigo 6.º).

34 Esse estatuto especial foi modificado e reduzido em importância por um novo acordo entre a Igreja e o Estado em 1985. Devido a estas mudanças e às tendências liberais manifestadas pela Igreja após o Concílio Vaticano II nos anos 60, a religião é muito menos uma causa de fricção política e social na Itália contemporânea do que era no passado. *Vide* O'Brien, Albert. 1981. C. Benito Mussolini, Catholic youth, and the origins of the Lateran Treaties. *Journal of Church & State.*, 23: 117.

35 *Vide* Artigo 59.º da Constituição italiana: *"E` senatore di diritto e a vita, salvo rinunzia, chi è stato Presidente della Repubblica"*.

36 *Vide* Artigo 94.º da Constituição italiana.

37 *Vide* Artigo 58.º e 60.º da Constituição italiana.

38 *Vide* Artigo 68.º da Constituição italiana.

39 Composto por 15 juízes, dos quais 5 são nomeados pelo presidente da república, 5 são eleitos pelo parlamento, e 5 são eleitos por juízes de outros tribunais. Os membros devem possuir certas qualificações e experiência jurídicas. O mandato é de nove anos, e os juízes do Tribunal Constitucional não podem ser reconduzidos nas suas funções. O tribunal desempenha quatro funções principais. Em primeiro lugar, julga a constitucionalidade das leis estatais e regionais e dos atos com força de lei. Em segundo lugar, o tribunal resolve conflitos jurisdicionais entre ministérios ou gabinetes administrativos do governo central ou entre o Estado e uma determinada região ou entre duas regiões. Em terceiro lugar, julga as acusações instituídas pelo parlamento. Quando atua como tribunal de acusação, os 15 juízes do Tribunal Constitucional são acompanhados por 16 juízes leigos adicionais escolhidos pelo parlamento. Em quarto lugar, o tribunal determina se é ou não admissível realizar referendos sobre determinados tópicos.

40 *Vide* Buquicchio, Gianni & Dürr, Schnutz. 2018. Constitutional Courts - the living heart of the separation of powers. The role of the Venice Commission in promoting Constitutional Justice, *in* Raimondi, Guido, et *al, Human Rights in a Global World, Essays in honour of Judge Luis Lopez Guerra*, pp. 515-544.

41 *Vide* Cartabia, Marta & Nicola, Lupo. 2022. *The Constitution of Italy. A Contextual Analysis*. Londres. Bloomsbury Publishing.

16 alterações ao seu texto original, sendo de destacar as diversas tentativas de reforma constitucional por via de referendo, nomeadamente aquelas que procuraram, sem sucesso, retirar poder ao Parlamento e reforçar o poder do Presidente da República, como é o caso do referendo realizado em 2016, cujo objetivo era reformar a composição e os poderes do Parlamento da Itália, bem como a divisão de competências entre o Estado, as regiões e as entidades administrativas.[42/43] Em 2020, um novo referendo foi realizado, tendo levado à redução do número de parlamentares no Senado e na Câmara dos deputados[44], tendo a última alteração constitucional incidido sobre os artigos 9.º e 41.º, onde foi introduzido um novo quadro jurídico-constitucional de proteção do ambiente e biodiversidade.

3. A Lei eleitoral

Como anteriormente referimos, o parlamento italiano é, nos termos do art.º 55 da Constituição italiana, constituído por duas câmaras: a Câmara dos Deputados e o Senado. Ambas as câmaras são eleitas por sufrágio universal e direito, sendo que os seus membros são eleitos para um mandato de cinco anos[45].

As eleições de 25 de setembro de 2022 decorreram sob a lei eleitoral de 2017[46], designada por Rosatellum[47], que trouxe importantes e profundas alterações ao modelo eleitoral que vigorava até então, nomeadamente introduzindo um sistema eleitoral misto que analisaremos adiante[48].

Sublinhe-se que o sistema eleitoral tem sido frequentemente alterado desde a década de 80, numa tentativa de adaptação ao seu sistema parlamentar, constituindo sempre objeto de debate entre os diferentes partidos políticos, que em Itália têm encontrado dificuldade em obter maiorias parlamentares e, consequentemente, governar com estabilidade.

Em 2020, após um referendo constitucional reduziu-se o número de deputados de 630 para 400 e ainda o número de senadores de 315 para 200. Foram também redesenhados os círculos eleitorais.

Na eleição de ambas as câmaras do parlamento italiano vigora um sistema eleitoral misto, que combina o sistema Maioritário e o sistema de Representação Proporcional[49].

Desde as eleições de 2018 que os cidadãos italianos que se encontrem no estrangeiro, por motivos como trabalho, estudos ou saúde, podem exercer o seu direito de voto através de correspondência, sendo que aí o seu voto contará para o círculo eleitoral do estrangeiro.

i) Capacidade eleitoral

Por força do disposto no art.º 48.º da Constituição italiana, gozam de capacidade eleitora ativa os cidadãos italianos que, no dia das eleições tenham completado 18 anos de idade[50]. O direito de voto apenas pode ser limitado nas situações de incapacidade civil ou como consequência de uma condenação transitada em julgado por certos crimes.

No que diz respeito à capacidade eleitoral passiva, podem ser eleitos todos os cidadãos italianos que tenham capacidade eleitoral ativa e que, no dia das eleições, tenham completado 25 anos (no caso dos deputados[51]) ou 40 anos (no caso dos senadores)[52/53].

ii) A eleição da Câmara dos deputados[54]

Em cada eleição são eleitos 400 deputados, entre os quais 8 são eleitos pelo círculo eleitoral plurinominal do estrangeiro[55].

A formação dos restantes círculos eleitorais está prevista no art.º 56.º da Constituição, onde se lê que a repartição do número de assentos a distribuir entre os diferentes círculos eleitorais se faz através da divisão do número de eleitores pelo número de lugares a distribuir, que são 392, possibilitando assim uma distribuição proporcional. Ora, destes 392 lugares, 245 são eleitos mediante o sistema de representação proporcional através de um total de 28 distritos eleitos que, por sua vez, se dividem em 49 círculos plurinominais, enquanto 147 são eleitos em círculos uninominais. Os restantes 8 são eleitos através do círculo eleitoral plurinominal do estrangeiro como referido no parágrafo anterior.

Diga-se que a lei eleitoral italiana prevê uma cláusula barreira de 3% dos votos contabilizados, sendo que o partido que obtiver mais de 1%, em-

42 *Vide* «Scheda / La nuova Costituzione e il nuovo Senato». 12 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.repubblica.it/politica/2015/10/13/news/scheda_riforma_costituzione_senato_ddl_boschi_solo_testo-124904893/ (consultado em 30.12.2022).

43 *Vide* «Riforme, al Senato scontro tra maggioranza e opposizione per l›emendamento ‹canguro›». Disponível em: https://www.rainews.it/archivio-rainews/articoli/Riforme-al-Senato-scontro-tra-maggioranza-e-opposizione-per-emendamento-canguro-db63252e-06cf-4dfd-b550-be229cbf3f1a.html (consultado em 30.12.2022).

44 *Vide* «Testo di legge costituzionale approvato in seconda votazione a maggioranza assoluta, ma inferiore ai due terzi dei membri di ciascuna Camera, recante: «Modifiche agli articoli 56, 57 e 59 della Costituzione in materia di riduzione del numero dei parlamentari»». Gazzetta Ufficiale. Disponível em: https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=2019-10-12&atto.codiceRedazionale=19A06354&elenco30giorni=false (consultado em 30.12.2022).

45 Cfr. art.º 60 da Constituição italiana

46 Foram as segundas eleições a ocorrer sob esta lei eleitoral, sendo que as primeiras ocorreram em 2018 ainda antes da redução do número de deputados e senadores.

47 Ou *Legge Rosato*. Em homenagem a Ettore Rosato, líder do Partido Democrático, o partido político que propôs a Lei

48 A Rosatellum veio substituir a lei eleitoral de 2015, designada por *Italicum*.

49 Este sistema eleitoral, introduzido pela Rosatellum, teve com certeza inspiração na *legge Mattarella* – lei eleitoral italiana que vigorou entre 1993 e 2005 e que previa já um sistema eleitoral misto, não obstante naquela lei a preponderância dos dois sistemas ser invertida (75% dos assentos eram atribuídos mediante o sistema maioritário e os restantes 25% através do sistema de representação proporcional) –.

50 Em 2021 a Constituição italiana e a lei eleitoral foram alteradas no sentido de reduzir a idade mínima dos eleitores para a o senado, de 25 para 18 anos, o que já acontecia nas eleições para a câmara de Deputados.

51 Art.º 56 da Constituição italiana.

52 Art.º 58 da Constituição italiana.

53 O Decreto Presidencial n.º 361/1957 prevê um conjunto de funções, cujos titulares estão impedidos de se candidatar quer a deputados ou a senadores. É o caso dos presidentes das câmaras municipais com mais de 20 mil habitais, o chefe e subchefe da polícia, entre outros.

54 Aplica-se o Decreto do Presidente da República, n.º 361, de 30 de março de 1957, na sua versão atualizada, que contém as regras para a eleição da Câmara dos Deputados, disponível em https://www.normattiva.it/ (consultado em 08.01.2023).

55 Art.º 56 da Constituição italiana.

bora não possa eleger deputados nos círculos plurinominais, vê os seus votos aproveitados pelos partidos que com ele se candidataram em coligação, desde que estes tenham ultrapassado a cláusula barreira.
No que diz respeito ainda à eleição dos 245 deputados através dos círculos plurinominais, a atribuição dos lugares é feita em função do número de eleitores, aplicando-se o método de Hare, também conhecido por Quota de Hare, que se faz mediante 2 operações, sendo que a segunda visa "corrigir" os resultados da primeira, distribuindo os restos.
Este método é utilizado de forma a corrigir os excedentes e os deficitários, isto porque para a distribuição dos 245 assentos, primeiro apura-se quantos daqueles assentos caberão a cada partido e depois faz-se a divisão mediante os resultados obtidos em cada um dos distritos eleitorais.

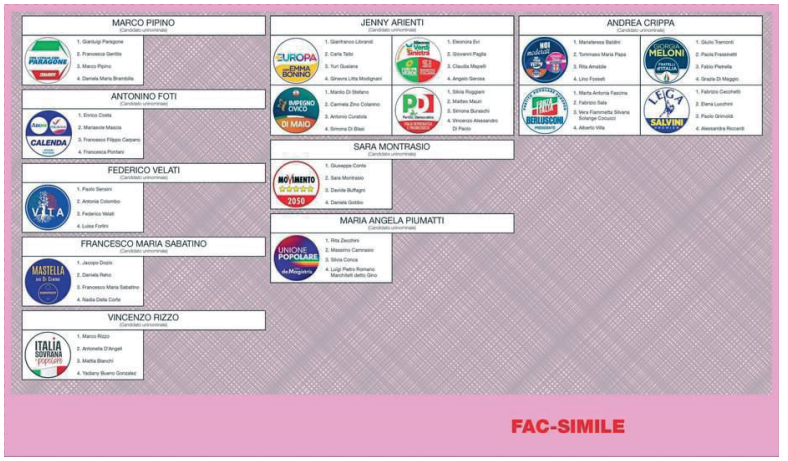
iii) A eleição do Senado[56]

O Senado é hoje composto por 200 senadores, dos quais 4 são eleitos pelo círculo eleitoral do estrangeiro. Estes senadores são também eleitos através de um sistema misto idêntico ao que já analisámos a respeito da câmara dos deputados.
A única diferença relativamente ao sistema utilizado para a Câmara dos Deputados é que aqui os distritos eleitorais, através dos quais são estabelecidos os círculos eleitoras, correspondem às regiões administrativas[57].
Nos termos do art.º 59.º da Constituição italiana, os antigos Presidentes da República italiana têm direito a ser senadores de forma vitalícia, qualidade a que podem renunciar. Ainda por força daquela disposição constitucional, o Presidente da República tem o poder de nomear senadores vitalícios que se tenham destacado meritoriamente no país, nos diferentes campos, nomeadamente, social, científico, artístico e literário. No entanto, o número total de senadores em funções nomeados pelo Presidente da República não pode, nunca, ser superior a cinco.

iv) Forma de voto

Os eleitores italianos votam através de dois boletins de voto, uma para cada câmara, do qual constam os nomes dos candidatos do círculo uninominal, com a identificação do seu partido ou coligação, e ainda os candidatos do círculo plurinominal. No exemplo abaixo vemos um boletim de voto para a câmara dos deputados, o nome em maiúsculas grandes corresponde ao candidato do círculo uninominal e os nomes em maiúsculas pequenas, dentro de cada partido, correspondem aos candidatos às listas plurinominais. O eleitor poderá votar de 3 formas: ou assinala o partido pretendido e o voto aproveita ao seu candidato do círculo uninominal, ou assinala o partido pretendido e o candidato ao círculo uninominal apoiado por esse partido, que terá o mesmo resultado que o voto anterior ou assinala apenas o candidato ao círculo uninominal, nesta situação o voto aproveitará ao partido que o apoiou com a particularidade distinguindo-a das outras opções, de, no caso de se tratar de coligação, aquele voto é dividido proporcionalmente entre os diferentes partidos[58]. O procedimento é idêntico tanto no voto para a câmara dos deputados como no voto para o senado.

Imagem 1 - Retrato do Boletim de Voto para a câmara dos deputados



Fonte: Comune di Desio. 2022. «Politiche 2022, le schede per Camera e Senato»[59]

4. Os resultados eleitorais

Foi de acordo com o panorama jurídico-constitucional e legal oportunamente dissecado que, em 25 de setembro de 2022, se realizaram as eleições parlamentares em Itália, tendo sido distribuídos os 400 assentos parlamentares da Câmara dos Deputados e os 200 assentos parlamentares do Senado[60].
No que respeita à distribuição dos assentos parlamentares para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas em 2022 (ver quadro I-D), a taxa de participação verificada foi menor por comparação à taxa observada nas eleições realizadas em 2018 (ver quadro III-D). O que evidencia o desinteresse do eleitorado em deslocar-se às urnas com o intuito de exercer o seu direito de voto e que poderá encontrar a sua justificação nas sucessivas crises políticas que se têm verificado nos últimos anos, ao que acresce a grave situação pandémica COVID-19 sentida em Itália, bem como o acentuar das pressões inflacionistas decorrentes da eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.
Assim, a propósito da distribuição dos 391 assentos parlamentares[61], a taxa de participação verificada nas eleições realizadas em 2022 foi de

56 Aplica-se o Decreto Legislativo, n.º 533, de 20 de dezembro de 1993, na sua versão atualizada, que contém as regras para a eleição do Senado da República, disponível em https://www.normattiva.it/ (consultado em 08/01/2023).
57 Art.º 57.º da Constituição italiana.
58 Artigos 4º, 58.º e 59.º-bis do *Decreto del Presidente della Repubblica* n.º 361, de 30 março 1957.
59 Disponível em https://www.comune.desio.mb.it/it/news/politiche-2022-ecco-le-schede-per-camera-e-senato (consultado em 08.01.2023).
60 Aos duzentos senadores eletivos acrescem os senadores vitalícios. Atualmente, compõem o Senado seis senadores vitalícios, configurando um total de 206 senadores. Cfr. https://www.senato.it/istituzione/il-senato-nel-sistema-bicamerale/i-senatori-a--vita-dal-1948 (consultado em 07.01.2023).
61 Neste sentido, excluindo os assentos parlamentares reservados à população residente no estrangeiro e o assento parlamentar reservado à região Valle d'Aosta (região autónoma localizada no norte de Itália).

63,79%, o que corresponde à participação de 29 355 592 cidadãos, num total de 46 021 956 eleitores registados (ver quadro I-A). Sendo que, a participação eleitoral verificada nas eleições realizadas em 2018 havia sido de 72,61% (ver quadro III-A), o que consubstancia um decréscimo na participação eleitoral de aproximadamente dez pontos percentuais.

E o mesmo sucede quanto à participação observada para efeitos da distribuição dos 8 assentos parlamentares reservados à população residente no estrangeiro. Nas eleições realizadas em 2022, verificou-se uma taxa de abstenção de 74,82% (ver quadro I-B), enquanto nas eleições realizadas em 2018 somente se verificou uma taxa de abstenção de 62,13% (ver quadro III-B). Já a propósito da afluência às urnas verificada na região de Valle d'Aosta, nas eleições realizadas em setembro de 2022 a taxa de abstenção foi de 39,41% (ver quadro I-C), enquanto nas eleições realizadas em março de 2018 a taxa de abstenção foi de 27,95% (ver quadro III-C).

Com efeito, importa aqui destacar que a representação parlamentar partidária é, na sua grande maioria, semelhante aquela que em 2018 já havia conquistado pelo menos um assento parlamentar. Ainda assim, é de realçar o desaparecimento da força política *Liberi e Uguali* e, em sentido oposto, a atribuição de assentos parlamentares à *Vallée d'Aoste Autonomie Progrès Fédéralisme*, à *Azione – Italia Viva Calenda* e à *Alleanza Verdi e Sinistra*. Aspeto distinto é a medida da distribuição dos assentos parlamentares entre as várias forças políticas concorrentes, tendo-se verificado alterações relevantes que demonstram a clara opção dos eleitores em procurar alternativas políticas que permitam alcançar a tão desejada estabilidade política e económica do país.

Atendendo, então, aos concretos resultados eleitorais observados nas eleições realizadas em setembro de 2022, é de evidenciar a vitória da coligação de centro-direita liderada por Giorgia Meloni, que obteve 43,79% dos votos e representa um voltar de Itália às ideologias políticas de extrema-direita.

Em sentido oposto, o *Movimento 5 Stelle* (uma das forças políticas que fez abanar o governo e motivou a renúncia do ex-Primeiro Ministro Mário Draghi ao cargo), viu a sua representação na Câmara dos Deputados reduzir significativamente, na medida em que nas eleições realizadas em 2022 obteve apenas 15,43% dos votos, enquanto nas eleições realizadas em 2018 haveria obtido 32,68%, o que representa um decréscimo de mais de 15 pontos percentuais.

Por sua vez, no que alude à distribuição dos assentos parlamentares do Senado nas eleições realizadas em 2022 (ver quadro II), ao compararmos a taxa de participação aí verificada com a taxa de participação verificada nas eleições realizadas em 2018 (ver quadro IV), concluímos que respeitou a tendência de desinteresse que se constatou na afluência às urnas para efeitos de distribuição dos assentos parlamentares da Câmara dos Deputados.

Ora, a propósito da distribuição dos 189 assentos parlamentares do Senado[62] (ver quadro II-A), é de evidenciar que a taxa de participação verificada nas eleições realizadas em setembro de 2022 foi de 63,69%, o que corresponde à participação de 28 795 727 eleitores, num total de 45 210 950 eleitores registados, enquanto nas eleições parlamentares realizadas em 2018 a taxa de participação haveria sido de 73,01% (ver quadro IV-A).

Já quanto à participação observada para efeitos da distribuição dos 4 assentos parlamentares reservados à população residente no estrangeiro, nas eleições realizadas em 2022 verificou-se uma taxa de abstenção de 77% (ver quadro II-B), enquanto nas eleições realizadas em 2018 a taxa de abstenção foi de 69,73%, representando um aumento de quase dez pontos percentuais (ver quadro IV-B) . A respeito da participação observada no âmbito da distribuição do assento parlamentar reservado à região Valle d'Acosta, a taxa de abstenção, em 2022, foi de 39,41%, enquanto, em 2018, foi de 27,60%. Tendendo, assim, a respeitar a diferença percentual que se verificou na distribuição dos assentos parlamentares reservados à população que não residente em Itália.

De realçar que nas eleições parlamentares realizadas em setembro de 2022 foram atribuídos 6 assentos parlamentares à região de Trentino-Alto Adige, onde existem 811 006 eleitores registados (ver quadro II-C). Os mencionados assentos parlamentares foram atribuídos às seguintes forças políticas: *Partito Democratico - +Europa – Alleanza Verdi e Sinistra*; *Lega – Forza Italia – Fratelli d'Italia - Noi Moderati - Fratelli D' Italia*; *Südtiroler Volkspartei (SVP) – PATT*; *Campobase - +Europa – Alleanza Verdi e Sinistra – PD – Azione – Italia Viva*.

No que respeita às forças políticas com representação parlamentar, à semelhança do que sucedeu com a Câmara dos Deputados, na sua grande maioria, mantiveram-se as mesmas, sendo apenas de destacar a atribuição de 9 assentos parlamentares à força política *Azione – Italia Viva* e à atribuição de 3 assentos à *Alleanza Verdi e Sinistra*.

Por fim, é de realçar a (também) vitória da coligação de centro-direita, que obteve 44,02% dos votos, enquanto nas eleições realizadas em 2018 somente haveria obtido 37,50%. As forças políticas *Lega per Salvini Premier* e *Forza Italia* foram as principais responsáveis pelo número de assentos parlamentares atribuídos à coligação.

Em sentido oposto, a força política *Movimento 5 Stelle* viu a sua representação parlamentar no Senado substancialmente reduzida, na medida em que nas eleições realizadas em 2018 haveria obtido 33,22% dos votos, enquanto nas mais recentes eleições de setembro de 2022 somente obteve 15,55% dos votos.

62 Excluindo os assentos parlamentares reservados à população residente no estrangeiro, o assento reservado à região Valle d'Aosta, bem como os assentos parlamentares reservados à região de Trentino-Alto Adige.

Resultados eleitorais das eleições parlamentares realizadas em 25 de setembro de 2022

Quadro I – Câmara dos Deputados

A. Resultados eleitorais da distribuição de 391 assentos parlamentares

Forças políticas	Câmara dos Deputados		
	Votos	%	Assentos
Coalizione di centro-destra	12 300 244	43,79	235
Candidati Uninominali	-	-	121
Lega per Salvini Premier	2 464 005	8,77	23
Forza Italia	2 278 217	8,11	22
Fratelli d'Italia	7 302 517	26,00	69
Noi Moderati/Lupi - Toti - Brugnaro - Udc	255 505	0,91	0
Movimento 5 Stelle	4 333 972	15,43	51
Coalizione di centro-sinistra	7 337 975	26,13	80
Candidati Uninominali	-	-	12
Partito Democratico - Italia Democratica e Progressista	5 356 180	19,07	57
+Europa	793 961	2,83	0
Alleanza Verdi e Sinistra	1 018 669	3,63	11
Impegno Civico Luidi di Maio – Centro Democratico	169 165	0,60	0
Azione – Italia Viva - Calenda	2 186 747	7,79	21
Sud chiama Nord	212 685	0,76	1
SVP – PATT	117 010	0,42	3
Restantes forças políticas	1 599 252	5,68	0
Votos válidos	28 087 885	-	391
Votos totais	29 355 592	63,79	-
Eleitores registados	46 021 956	100	-
Abstenção	16 666 364	36,21	-

B. Resultados eleitorais da distribuição de 8 assentos parlamentares reservados à população residente no estrangeiro

Estero	Assentos
Partito Democratico - Italia Democratica e Progressista	4
Lega – Forza Italia – Fratelli d'Italia	2
Movimento 5 Stelle	1
Movimento Associativo Italiani all'Estero	1
Total	8
Eleitores registados	4 743 980
Votos totais	1 194 434
Abstenção	74,82 %

C. Resultados eleitorais da distribuição de assento parlamentar reservado à região Valle d'Aosta

Valle d'Aosta	Assentos
Vallée d'Aoste Autonomie Progrès Fédéralisme	1
Eleitores registados	98 187
Votos totais	59 490
Abstenção	39,41 %

D. Resultados eleitorais da distribuição final de 400 assentos parlamentares

Distribuição final dos assentos parlamentares por forças políticas	
Coalizione di centro-destra	237
Movimento 5 Stelle	52
Coalizione di centro-sinistra	84
Azione - Italia Viva - Calenda	21
SVP – PATT	3
Sud chiama Nord	1
Movimento Associativo Italiani all'Estero	1
Vallée d'Aoste Autonomie Progrès Fédéralisme	1
Total	**400**

Fonte: Ministério do Interior[63]

Quadro II – Senado

A. Resultados eleitorais da distribuição de 189 assentos parlamentares

Forças políticas	Senado		
	Votos	%	Assentos
Coalizione di centro-destra	12 129 547	44,02	112
Candidati Uninominali	-	-	56
Lega per Salvini Premier	2 439 200	8,85	13
Forza Italia	2 279 802	8,27	9
Fratelli d'Italia	7 167 136	26,01	34
Noi Moderati/Lupi - Toti - Brugnaro - Udc	243 409	0,89	0
Movimento 5 Stelle	4 285 894	15,55	28
Coalizione di centro-sinistra	7 161 688	25,99	39
Candidati Uninominali	-	-	5
Partito Democratico - Italia Democratica e Progressista	5 226 732	18,97	31
+Europa	808 676	2,93	0
Alleanza Verdi e Sinistra	972 316	3,53	3
Impegno Civico Luidi di Maio – Centro Democratico	153 964	0,56	0
Azione – Italia Viva - Calenda	2 131 310	7,73	9

63 Disponível in https://elezioni.interno.gov.it/ (consultado em 07.01.2023).

Forças políticas	Senado		
	Votos	%	Assentos
Sud chiama Nord	271 549	0,99	1
Restantes forças políticas	1 574 322	5,72	0
Votos válidos	27 554 310	-	189
Votos totais	28 795 727	63,69	-
Eleitores registados	45 210 950	100	-
Abstenção	16 415 223	36,31	-

B. Resultados eleitorais da distribuição de 4 assentos parlamentares reservados à população residente no estrangeiro

Estero	Assentos
Partito Democratico - Italia Democratica e Progressista	3
Movimento Associativo Italiani all'Estero	1
Total	4
Eleitores registados	4 743 980
Votos totais	1 091 103
Abstenção	77,00 %

C. Resultados eleitorais da distribuição de assento parlamentar reservado à região Valle d'Aosta

Valle d'Aosta	Assentos
Lega per Salvini Premier - Forza Italia - Noi Moderati - Fratelli D'Italia	1
Eleitores registados	98 187
Votos totais	59 490
Abstenção	39,41 %

D. Resultados eleitorais da distribuição de 6 assentos parlamentares reservado a Trentino-Alto Adige

Trentino-Alto Adige	Assentos
Partito Democratico - +Europa – Alleanza Verdi e Sinistra	1
Lega – Forza Italia – Fratelli d'Italia - Noi Moderati - Fratelli D' Italia	2
Südtiroler Volkspartei (SVP) - PATT	2
Campobase - +Europa – Alleanza Verdi e Sinistra – PD – Azione – Italia Viva	1
Total	6
Eleitores registados	811 006
Votos totais	535 579
Abstenção	33,96 %

E. Distribuição final de 206 assentos parlamentares

Distribuição final dos assentos parlamentares por forças políticas	
Coalizione di centro-destra	115
Movimento 5 Stelle	28
Coalizione di centro-sinistra	44
Azione - Italia Viva	9
Südtiroler Volkspartei (SVP) - PATT	2
Sud chiama Nord	1
Movimento Associativo Italiani all'Estero	1
Senatori a vita	6
Total	**206**

Fonte: Ministério do Interior[64]

Comparação com as eleições de 2018
Resultados eleitorais das eleições parlamentares realizadas em 4 de março de 2018

Quadro III – Câmara dos Deputados

A. Resultados Eleitorais da distribuição de 617 assentos parlamentares

Forças políticas	Câmara dos Deputados		
	Votos	%	Assentos
Coalizione di centro-destra	12 154 659	37,00	262
Candidati Uninominali	-	-	111
Lega per Salvini Premier	5 702 517	17,36	73
Forza Italia	4 612 856	14,04	59
Fratelli d'Italia	1 421 109	4,33	19
Noi con l'Italia – UDC	418 177	1,27	0
Movimento 5 Stelle	10 734 839	32,68	225
Coalizione di centro-sinistra	7 508 073	22,86	116
Candidati Uninominali	-	-	28
Partito Democratico	6 178 205	18,81	86
+Europa	836 619	2,55	0
Italia Europa Insieme	184 090	0,56	0
Civica Popolare	174 564	0,53	0
SVP – PATT	134 595	0,41	2
Liberi e Uguali	1 114 989	3,39	14
Restantes forças políticas	1 334 433	4,07	0
Votos válidos	32 846 993	-	617
Votos totais	33 924 110	72,61	-
Eleitores registados	46 719 637	100	-
Abstenção	12 795 527	27,39	-

B. Resultados eleitorais da distribuição de 12 assentos parlamentares reservados população residente no estrangeiro

Estero	Assentos
Partito Democratico	5
Lega – Forza Italia – Fratelli d'Italia	3
Movimento 5 Stelle	1

64 Disponível in https://elezioni.interno.gov.it/ (consultado em 07.01.2023).

Estero	Assentos
Movimento Associativo Italiani all'Estero	1
Unione Sudamericana Emigrati Italiani	1
+Europa	1
Total	12
Eleitores registados	3 342 616
Votos totais	1 265 849
Abstenção	62,13 %

C. Resultados eleitorais da distribuição de assento parlamentar reservado à região Valle d'Aosta

Valle d'Aosta	Assentos
Movimento 5 Stelle	1
Eleitores registados	99 861
Votos totais	71 947
Abstenção	27,95 %

D. Resultados eleitorais da distribuição final de 630 assentos parlamentares

Distribuição final dos assentos parlamentares por forças políticas	
Coalizione di centro-destra	265
Movimento 5 Stelle	227
Coalizione di centro-sinistra	122
Liberi e Uguali	14
Movimento Associativo Italiani all'Estero	1
Unione Sudamericana Emigrati Italiani	1
Total	**630**

Fonte: Câmara dos Deputados e Ministério do Interior[65]

Quadro IV – Senado

A. Resultados eleitorais da distribuição de 308 assentos parlamentares

Forças políticas	Senado		
	Votos	%	Assentos
Coalizione di centro-destra	11 327 549	37,50	135
Candidati Uninominali	-	-	58
Lega per Salvini Premier	5 321 537	17,61	37
Forza Italia	4 358 004	14,43	33
Fratelli d'Italia	1 286 606	4,26	7
Noi con l'Italia – UDC	361 402	1,20	0
Movimento 5 Stelle	9 733 928	33,22	112
Coalizione di centro-sinistra	6 947 199	22,99	57
Candidati Uninominali	-	-	13
Partito Democratico	5 783 360	19,14	43
+Europa	714 821	2,37	0
Italia Europa Insieme	163 454	0,54	0
Civica Popolare	157 282	0,52	0
SVP – PATT	128 282	0,42	1
Liberi e Uguali	991 159	3,28	4
Restantes forças políticas	1 210 726	3,01	0
Votos válidos	30 210 561	-	308
Votos totais	31 231 814	73,01	-
Eleitores registados	42 780 033	100	-
Abstenção	11 548 219	26,99	-

B. Resultados eleitorais da distribuição de 6 assentos parlamentares reservados à população residente no estrangeiro

Estero	Assentos
Partito Democratico	2
Lega – Forza Italia – Fratelli d'Italia	2
Movimento Associativo Italiani all'Estero	1
Unione Sudamericana Emigrati Italiani	1
Total	6
Eleitores registados	3 835 780
Votos totais	1 160 985
Abstenção	69,73 %

C. Resultados eleitorais da distribuição do assento parlamentar reservado à região Valle d'Aosta

Valle d'Aosta	Assentos
PD - UV - UVP - EPAV	1
Eleitores registados	92 087
Votos totais	66 670
Abstenção	27,60 %

D. Distribuição final dos 321 assentos parlamentares

Distribuição final dos assentos parlamentares por forças políticas	
Coalizione di centro-destra	137
Movimento 5 Stelle	112
Coalizione di centro-sinistra	59
Liberi e Uguali	4
PD - UV - UVP - EPAV	1
Movimento Associativo Italiani all'Estero	1
Unione Sudamericana Emigrati Italiani	1
Senatori a vita	6
Total	**321**

Fonte: Câmara dos Deputados e Ministério do Interior[66]

65 Disponível in https://elezioni.interno.gov.it/ e https://www.camera.it/leg18/842 (consultado em 07.01.2023).

66 Disponível in https://elezioni.interno.gov.it/ e https://www.camera.it/leg18/842 (consultado em 07.01.2023).